



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

### INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

#### **1.DESCRICÃO DA NECESSIDADE** (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

- 1.1.O Município de Dois Vizinhos possui em seu patrimônio um significativo rol de veículos e máquinas classificados como inservíveis, os quais não mais ostentam condições de uso para a prestação de serviços à população. Tais bens, em razão de sua obsolescência, desgaste acentuado ou avarias graves, atingiram um estado em que sua manutenção implica em onerosidade excessiva, sendo, portanto, considerados antieconômicos.
- 1.2.A permanência desses ativos ociosos no patrimônio municipal representa um óbice à boa gestão pública. Eles não apenas deixam de cumprir sua função social, mas também se tornam um passivo que onera a Administração, gerando custos de guarda, ocupando espaço físico valioso e estando sujeitos à contínua depreciação e a riscos correlatos.

#### **Diagnóstico do Patrimônio Objeto da Alienação**

- 1.3.A análise da frota destinada a este certame revela a gravidade da situação. A lista de bens inclui veículos e máquinas em avançado estado de degradação, com laudos técnicos que corroboram diagnósticos como:
- 1.4.Danos Mecânicos Severos: Diversos veículos apresentam "motor fundido" ou se encontram com peças-chave "desmontadas".
- 1.5.Inviabilidade de Conserto: A maioria dos bens é classificada como "recuperação inviável" ou "recuperação antieconômica".
- 1.6.Sucateamento: Alguns itens estão com "peças ausentes" ou em "estado geral péssimo", caracterizando-os como irrecuperáveis.
- 1.7.A manutenção de tais bens no patrimônio municipal obsta o cumprimento do Princípio da Eficiência, previsto no Art. 37 da Constituição Federal. Um bem que não serve ao interesse público e ainda gera custos é, por definição, ineficiente.

#### **Da Necessidade da Alienação Mediante Leilão**

- 1.8.Diante do exposto, a necessidade que se impõe é a de promover a desmobilização desses ativos inservíveis de forma legal, transparente e que assegure a economicidade para o Município. O leilão, modalidade prevista na Lei nº 14.133/2021, é a solução que atende a essa necessidade.



- 1.9. A realização do certame licitatório resolverá o problema sob a perspectiva do interesse público ao:
- 1.10. Reverter um passivo em receita;
- 1.11. Otimizar o uso de espaço público;
- 1.12. Fomentar a futura renovação da frota;
- 1.13. Ratificar o dever de boa gestão do patrimônio público.
- 1.14. Portanto, a deflagração do leilão não é um fim em si mesma, mas o corolário lógico e o meio necessário para solucionar o problema concreto da existência de uma frota inservível, promovendo a eficiência administrativa e a otimização dos recursos municipais.

**2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)**

- 2.1. Uma vez ratificada a necessidade de desmobilização dos ativos inservíveis que oneram o patrimônio municipal, este estudo procedeu ao levantamento das soluções legalmente admitidas para o desfazimento de bens públicos, a fim de ponderar sobre a alternativa que melhor atende ao interesse público.
- 2.2. Foram consideradas as seguintes soluções:
- SOLUÇÃO 1: Alienação mediante Leilão Público**
- 2.3. Descrição: Consiste na venda dos bens, individualmente ou em itens, por meio de certame licitatório na modalidade leilão, adjudicando-os ao licitante que ofertar o maior lance, respeitado o preço mínimo de arrematação definido em laudo de avaliação.
- 2.4. Vantagens:
- 2.5. Geração de Receita: É a única solução que reverte o passivo em ativo financeiro, gerando receita para o Município. Corrobora o princípio da economicidade.
- 2.6. Transparência e Competitividade: O processo é público, isonômico e fomenta a disputa, maximizando o valor de arremate.
- 2.7. Valorização do Patrimônio: Garante que o valor residual dos bens, mesmo que como sucata ou fonte de peças, seja revertido em benefício do erário.
- 2.8. Transferência de Responsabilidade: O ônus da remoção, transporte e destinação final ambientalmente adequada é transferido ao arrematante.
- 2.9. Desvantagens:
- 2.10. Complexidade Administrativa: Exige a elaboração de laudos de avaliação, edital e a condução de um processo licitatório. (Este óbice será mitigado pela adesão à Plataforma



de Leilões Eletrônicos via Ata de Registro de Preços, simplificando o processo de contratação do serviço e sua execução).

### **SOLUÇÃO 2: Cessão mediante Doação**

2.11.Descrição: Consiste na transferência gratuita da propriedade dos bens para outros órgãos da Administração Pública (União, Estados ou outros Municípios) ou para entidades filantrópicas, conforme permitido por lei.

2.12.Vantagens:

2.13.Fim Social: Poderia atender a uma necessidade de outra entidade pública ou social.

2.14.Simplicidade Processual: O procedimento administrativo é, em tese, mais simples que o de um leilão.

2.15.Desvantagens:

2.16.Renúncia de Receita: O Município prescinde de qualquer retorno financeiro, o que contraria o princípio da busca pela proposta mais vantajosa quando o bem possui valor econômico.

2.17.Inaplicabilidade para Sucatas: A maioria dos bens se encontra em estado de sucata ou com avarias graves. A doação de tais itens apenas transferiria o problema e a onerosidade da destinação final para outra entidade, sem resolver a questão de fundo.

2.18.Difícil Justificativa: É juridicamente questionável doar um bem que possui claro valor residual de mercado e pode gerar receita por meio de leilão.

### **SOLUÇÃO 3: Desfazimento mediante Descarte**

2.19.Descrição: Consiste na simples baixa patrimonial dos bens e na sua entrega a empresas de reciclagem ou aterros, sem a realização de um processo de venda.

2.20.Vantagens:

2.21.Celeridade: É a forma mais rápida de liberar o espaço físico nos pátios.

2.22.Desvantagens:

2.23.Perda Total de Receita: O Município não auferirá qualquer receita, abrindo mão do valor do metal (sucata) e das peças aproveitáveis.

2.24.Desperdício do Valor Residual: Ignora completamente o potencial econômico dos bens, representando um prejuízo direto ao patrimônio público.

2.25.Risco de Passivo Ambiental: A entrega sem um certame formal pode não garantir que a empresa receptora dê a destinação ambiental correta, mantendo um risco para a Administração.



**Justificativa Técnica e Econômica da Escolha**

- 2.26. Ao cindir e analisar as vantagens e desvantagens de cada solução, fica elucidado que a alienação mediante leilão (Solução 1) é a alternativa que melhor se alinha aos princípios da Eficiência e da Economicidade, que regem a Administração Pública.
- 2.27. As soluções de Doação e Descarte foram preteridas por representarem, na prática, a renúncia a uma receita patrimonial legítima e a transferência ou o desperdício de um ativo com valor residual.
- 2.28. Desta forma, ratifica-se que a realização do leilão é a solução que melhor atende ao interesse público, sendo o corolário lógico da necessidade de desmobilização de ativos ora apresentada, pois é a única que resolve o problema da frota inservível ao mesmo tempo em que otimiza os recursos municipais através da geração de receita.

**3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO** (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

- 3.1. Após ponderar sobre a natureza heterogênea dos bens a serem alienados, que englobam uma vasta gama de veículos e máquinas, a Administração deliberou pelo parcelamento do objeto em itens individualizados.
- 3.2. A decisão pelo parcelamento é corroborada pelas seguintes justificativas técnicas e de economicidade:
- 3.3. A oferta de itens individualizados é medida que visa ampliar o universo de potenciais licitantes. Tal estratégia permite que pessoas físicas e jurídicas de diversos portes e segmentos de mercado possam participar do certame, ofertando lances para os itens específicos de seu interesse, o que não ocorreria se os bens fossem agrupados em um único lote de alto valor.
- 3.4. Como corolário da ampliação da competitividade, a diversidade de participantes fomenta a disputa por cada item individualmente. Essa prática tende a elevar o potencial de ágio sobre o preço mínimo de arrematação e, conseqüentemente, maximiza o retorno financeiro ao erário municipal.
- 3.5. O parcelamento do objeto ratifica a prática de mercado para a venda de veículos usados. Agrupar bens de naturezas distintas (ex: um automóvel de passeio com uma máquina pesada) obstaria a participação de nichos de mercado específicos, tornando a avaliação e a formulação de lances mais complexas e menos atrativas para os licitantes.
- 3.6. A opção pela não parcelamento (lote único) representaria um óbice à ampla competitividade. Tal abordagem restringiria a participação a um número ínfimo de grandes corporações, caracterizando uma indevida restrição à competitividade do certame, o que é vedado pela legislação.

**4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE** (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;



- 4.1. A "quantidade" de bens a serem alienados no presente certame não se baseia em estimativas de consumo, mas sim em um levantamento técnico exaustivo dos veículos, máquinas e implementos pertencentes ao patrimônio municipal que foram formalmente declarados inservíveis para o interesse público.

**Memória de Cálculo e Documento de Suporte:**

- 4.2. A definição dos quantitativos é corroborada integralmente pela planilha denominada RELAÇÃO\_FROTA\_LEILÃO.csv, que constitui o principal documento de suporte deste estudo. O referido documento detalha, para cada um dos itens a serem leiloados, as seguintes informações:
- 4.3. Identificação unívoca do bem (Nº de Frota, Modelo, Placa, Chassi, etc.);
- 4.4. Descrição detalhada de suas características;
- 4.5. Laudo simplificado da avaliação mecânica interna;
- 4.6. Avaliações de mercado realizadas por empresas especializadas;
- 4.7. O Preço Mínimo de Arrematação para cada item, obtido através da média das avaliações de mercado.
- 4.8. A planilha, portanto, serve como a memória de cálculo que justifica tanto a quantidade de itens quanto os valores iniciais do certame.

**Interdependência e Economia de Escala:**

- 4.9. No que tange ao objeto em si, itens a serem leiloados são independentes entre si, não havendo interdependência técnica para a sua execução. Contudo, a decisão de aliená-los em um único evento corrobora o princípio da economia de escala sob a perspectiva da eficiência administrativa.
- 4.10. A realização de um único certame licitatório, por meio de Plataforma Eletrônica, mitiga custos processuais, otimiza o uso de recursos humanos e maximiza o alcance da publicidade, tornando o processo mais econômico e eficiente do que seria a realização de múltiplos leilões fragmentados ao longo do tempo.

**5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO** (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

- 5.1. Para o presente processo licitatório na modalidade Leilão, o requisito de "estimativa do valor da contratação" é interpretado como a estimativa do valor mínimo de arrecadação com a alienação dos bens. Este valor é obtido pelo somatório dos preços unitários referenciais, que, neste caso, correspondem ao preço mínimo de arrematação (lance inicial) de cada item.

**Estimativa do Valor Mínimo de Arrecadação**

5.2.O valor total mínimo estimado para a arrecadação com o presente certame é de R\$ 395.278,74 (trezentos e noventa e cinco mil, duzentos e setenta e oito reais e setenta e quatro centavos).

5.3.Este valor representa o somatório dos preços mínimos de arrematação de todos os itens, conforme detalhado na planilha que lastreia este estudo.

**Preços Unitários Referenciais e Memória de Cálculo**

5.4.Os preços unitários referenciais (lances mínimos) para cada item foram definidos após um criterioso processo de avaliação, que corrobora a busca pela proposta mais vantajosa para o erário. A metodologia empregada consistiu em:

5.4.1.Análise inicial do estado de cada bem pela equipe do Departamento de Frotas.

5.4.2.Coleta de múltiplas avaliações de empresas especializadas e com notório saber no ramo de compra, venda e manutenção de veículos e máquinas.

5.5.O preço mínimo de arrematação de cada item foi estabelecido pela média aritmética das avaliações de mercado coletadas, conforme elucidado na planilha de suporte.

5.6.A planilha "RELAÇÃO FROTA LEILÃO, anexa a este estudo, constitui a memória de cálculo e o documento de suporte para a definição dos valores, demonstrando de forma inequívoca a fundamentação para cada preço unitário referencial.

**6. ANÁLISE DOS RISCOS** (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

7.RISCO 1		
Descrever aqui o risco: Avaliação Inadequada dos Bens		
Probabilidade:	( ) Baixa	( x ) Média ( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média ( x ) Alta
Dano		
Prejuízo ao erário (valor mínimo subestimado) ou fracasso do leilão (valor superestimado, sem lances). Questionamentos dos órgãos de controle.		
Ação Preventiva		Responsável
Realizar uma avaliação criteriosa por comissão interna. Utilizar múltiplos parâmetros (FIPE, mercado de sucatas, etc.). Contratar uma avaliação externa para os lotes de maior valor, se necessário.		Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis
Ação de Contingência		Responsável
Se um lote não receber lances, reavaliar o valor mínimo para um futuro leilão ou alterar a destinação do bem (ex: descarte ecológico).		Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis

RISCO 2
Descrever aqui o risco: Inadimplência do Arrematante





<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa	( x ) Média	( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa	( x ) Média	( ) Alta
<b>Dano</b>			
<b>O arrematante não realiza o pagamento do lance, gerando a necessidade de um novo procedimento para o bem e causando atraso na arrecadação.</b>			
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>	
Estabelecer no edital a obrigatoriedade de pagamento integral à vista em prazo curto (ex: 24/48h). Prever multa e sanções severas para o inadimplente.		Departamento demandante	
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>	
Executar as sanções (multa). Convocar o segundo colocado, se este concordar em pagar o mesmo valor do primeiro. Se não, incluir o bem em um futuro leilão.		Leiloeiro e comissão especial de acompanhamento	

<b>RISCO 3</b>			
<b>Descrever aqui o risco: Problemas na Retirada dos Bens</b>			
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa	( x ) Média	( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa	( x ) Média	( ) Alta
<b>Dano</b>			
<b>Danos ao patrimônio público durante a remoção. Atraso na retirada, mantendo o pátio ocupado. Acidentes de trabalho com a equipe do arrematante.</b>			
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>	
Definir no edital um prazo máximo e improrrogável para a retirada. Exigir que o arrematante se responsabilize por todos os custos, logística e segurança durante a remoção.		Departamento demandante	
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>	
Notificar o arrematante para que cumpra o prazo, sob pena de multa diária. Após o prazo final, o bem pode ser considerado abandonado e o arrematante perderá o valor pago.		Leiloeiro e comissão especial de acompanhamento	

**8.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

- 8.1.Considerando a necessidade de desmobilização dos ativos inservíveis que compõem um passivo para a Administração Municipal, a solução delineada para elucidar o problema é a alienação mediante leilão público, a ser conduzido por Leiloeiro Administrativo (servidor designado), com o suporte técnico de plataforma eletrônica contratada.



8.2. Esta solução se apresenta como a mais eficiente e vantajosa para o interesse público, pelos seguintes motivos:

8.3. A alienação por leilão é o procedimento administrativo previsto em lei para a venda de bens móveis inservíveis, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa (maior lance) de forma transparente e isonômica, em plena conformidade com o art. 76, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

8.4. É fundamental destacar que a escolha pela plataforma eletrônica (SUPERBID) mitiga o risco de interrupção do certame por falhas sistêmicas (Risco de Desconexão/Falha na Plataforma, a ser detalhado no Anexo de Riscos). A plataforma deve dispor de mecanismos de segurança e contingência que garantem a integridade e a continuidade da sessão pública de lances, em total conformidade com o princípio da segurança jurídica e da eficácia do processo licitatório.

### **Execução do Processo: O certame ocorrerá da seguinte forma:**

8.5. Avaliação Prévia: Cada bem foi previamente avaliado, conforme laudos de avaliação anexos, para estipular o preço mínimo de arrematação que servirá como lance inicial.

8.6. Adesão e Plataforma: O certame será conduzido por meio de plataforma eletrônica especializada em leilões, a ser operada pela empresa Eckert Comércio e Prestação de Serviços Ltda, detentora da plataforma SUPERBID, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 35/2025, do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário (CIMAUI). Esta solução garante a celeridade e a conformidade legal para a execução do leilão em modalidade eletrônica.

8.7. Publicidade e Condução: A Eckert, por meio da plataforma SUPERBID, dará ampla publicidade ao Edital e conduzirá o certame eletrônico, garantindo a lisura, a fé pública e a maximização da competitividade, sob a supervisão da Administração Municipal.

8.8. Realização do Leilão: O leilão será realizado NA MODALIDADE ONLINE, através da plataforma, onde os interessados ofertarão seus lances. Os bens serão objeto de adjudicação ao licitante que oferecer o maior lance, igual ou superior ao preço mínimo.

8.9. Resultado Esperado: A implementação desta solução resultará na reversão de um passivo administrativo em ativo financeiro. Os recursos arrecadados serão incorporados ao erário municipal, podendo ser reinvestidos em áreas prioritárias. Adicionalmente, a solução resolve o óbice da ocupação de espaço e da contínua depreciação dos bens.

8.10. Exigências de Manutenção e Assistência Técnica: Por se tratar de alienação de bens no estado de conservação em que se encontram ("as is"), prescinde-se de quaisquer exigências de manutenção, garantia ou assistência técnica por parte do Município após a arrematação. Tal condição será ratificada de forma expressa no Edital, sendo de total responsabilidade do arrematante os custos com a retirada, transporte e eventuais reparos ou destinação final dos bens.

### **9. REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO (HABILITAÇÃO)** (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

9.1. Poderão participar do presente Leilão pessoas físicas e jurídicas, domiciliadas ou estabelecidas em qualquer parte do território nacional, inclusive Microempresas (ME),





Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), desde que satisfaçam as condições de habilitação e as exigências deste Estudo e do futuro Edital.

9.2. Considerando que o objeto trata de alienação de bens móveis inservíveis (frota), cujo critério de julgamento é o de MAIOR LANCE, a participação de ME e EPP ocorrerá em igualdade de condições de oferta com os demais licitantes, visando à maximização das receitas públicas.

9.2.1. Não se aplicam, portanto, benefícios de "preferência de preço" ou "cota reservada", típicos de certames de aquisição, pois tal prática feriria o princípio da economicidade na vertente da arrecadação.

9.3. Ficam resguardados às MEs e EPPs eventuais direitos de regularização fiscal tardia previstos na Lei Complementar nº 123/2006, aplicáveis conforme a natureza do certame e as disposições do Edital.

9.4. É vedada a participação de servidores públicos vinculados ao órgão promotor do leilão ou de pessoas/empresas que, direta ou indiretamente, tenham participado da avaliação dos bens, conforme vedações legais aplicáveis (art. 14 da Lei nº 14.133/2021)..

#### **Condições da Alienação (Regras do Leilão):**

9.5. Venda "No Estado em que se Encontra" (As Is): Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade por consertos, reparos, defeitos ocultos ou providências com a regularização de peças.

9.6. Visitação Prévia: Será facultada aos interessados a vistoria dos bens em local e período previamente divulgados no Edital. A participação no leilão pressupõe que o licitante inspecionou o bem e tem pleno conhecimento de suas condições.

9.7. Critério de Julgamento: A alienação será realizada pelo critério de maior lance, sendo o bem arrematado por quem oferecer o maior valor, igual ou superior ao preço mínimo de avaliação estipulado.

9.8. Pagamento: O pagamento do valor do arremate deverá ser efetuado à vista, em conformidade com os prazos e as condições a serem definidos no Edital.

9.9. Retirada e Transporte: Todos os custos e responsabilidades com a desmontagem, remoção, transporte e transferência de propriedade dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante.

9.10. Débitos e Regularização: Os bens serão entregues livres de quaisquer ônus ou débitos de titularidade do Município. Débitos futuros, como taxas de transferência e regularização documental, serão de responsabilidade do arrematante.

9.11. A formalização detalhada de todos estes requisitos e condições será feita por meio do Edital de Leilão, instrumento convocatório que vinculará a Administração e os licitantes.

**10. JUSTIFICATIVAS** (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica,



mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

### **Justificativa para a Ausência de Exigências de Qualificação Técnica e Econômico-Financeira:**

- 10.1. Qualificação Técnica: Prescinde-se de tal exigência. O objeto da licitação é a venda de bens no estado em que se encontram, não havendo serviço a ser prestado ou bem a ser entregue ao Município que demande expertise técnica dos licitantes. Exigir qualificação técnica seria um óbice à competitividade e, portanto, impertinente.
- 10.2. Qualificação Econômico-Financeira: A exigência na forma tradicional (balanços, índices, etc.) é inaplicável. A única condição de natureza financeira é a capacidade do arrematante de honrar o pagamento do lance, a qual será garantida pelos mecanismos de caução e pagamento à vista definidos no Edital.

### **Justificativa do Critério de Julgamento:**

- 10.3. O critério de julgamento será o de MAIOR LANCE POR ITEM, conforme estabelecido pelo art. 33, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021. Esta é a única metodologia aplicável e eficiente para processos de alienação, pois corrobora a seleção da proposta mais vantajosa para o erário de forma objetiva, isonômica e transparente.

### **Justificativa para a Não Previsão de Participação em Consórcio:**

- 10.4. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio. Tal vedação justifica-se pelos seguintes motivos técnicos:
- 10.4.1. A retirada de veículos e sucatas é uma operação logística simples, que não demanda a soma de esforços técnicos ou financeiros de múltiplas empresas (art. 15 da Lei nº 14.133/2021).
- 10.4.2. A vedação ao consórcio não restringe a competitividade, visto que a participação é aberta a pessoas físicas e jurídicas de qualquer porte (incluindo ME/EPP/MEI). A formação de consórcio, neste caso, seria desnecessária e poderia criar embaraços administrativos na fase de adjudicação e transferência de propriedade.

### **Justificativa para a Classificação do Objeto como Bem Comum:**

- 10.5. Conforme o Art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, os bens objeto desta alienação são classificados como comuns. Tal classificação se justifica pois, apesar da heterogeneidade dos itens, todos os itens podem ter seus padrões de qualidade e desempenho objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado (marca, modelo, ano e laudo de avaliação), permitindo uma análise clara por parte dos interessados.

### **Justificativa para Designação de Comissão Especial de Acompanhamento**





- 10.6.A alienação de bens móveis, embora conduzida em sessão pública ONLINE, envolve duas fases logísticas críticas que exigem a presença e a supervisão direta da Administração: a visitação pública (vistoria) e a retirada física dos bens arrematados.
- 10.7.Estas etapas, se não forem devidamente gerenciadas, apresentam riscos significativos, conforme mapeado na Análise de Riscos deste processo (vide Risco 3: Problemas na Retirada dos Bens, que aponta para danos ao patrimônio público, atraso na desocupação do pátio e acidentes de trabalho).
- 10.8.Para mitigar tais riscos, garantir a boa ordem processual e assegurar a integridade do patrimônio público remanescente, em estrita observância ao princípio da eficiência (Art. 5º da Lei 14.133/2021), identifica-se a necessidade de designação de uma Comissão Especial de Acompanhamento, composta por servidores públicos.
- 10.9.Esta comissão atuará como ponto focal do Município para a gestão física do leilão, separando as funções administrativas das funções do Leiloeiro. Caberá à comissão organizar, agendar e supervisionar o acesso de interessados ao pátio para vistoria, bem como fiscalizar a operação de retirada dos bens pelos arrematantes, assegurando o cumprimento dos prazos e das normas de segurança.

**11.POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;**

- 11.1.A análise dos impactos ambientais e da sustentabilidade, no contexto desta alienação de ativos, deve ser cindida em duas perspectivas: a do problema preexistente (a permanência dos bens no patrimônio) e a da solução proposta (o leilão).

**Impacto Ambiental da Situação Atual:**

- 11.2.A manutenção dos veículos e máquinas inservíveis no pátio municipal representa um passivo ambiental contínuo e crescente. A exposição prolongada ao tempo corrobora a deterioração de componentes que contêm substâncias potencialmente poluidoras.

**Análise da Solução (O Leilão) como Medida Sustentável:**

- 11.3.O certame licitatório, por conseguinte, afigura-se como a principal medida mitigadora e a solução mais sustentável para o problema descrito. A alienação dos bens promove um ciclo virtuoso de reaproveitamento e reciclagem, alinhado aos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

**Medidas Mitigadoras e Logística Reversa:**

- 11.4.O ônus pela destinação final ambientalmente adequada dos bens e de seus componentes será transferido ao arrematante, condição que constará de forma expressa no Ato Convocatório.
- 11.5.Os arrematantes serão os agentes da logística reversa, sendo de seu ônus integral o desmanche, a segregação de materiais e o descarte correto de resíduos perigosos (óleos, baterias, etc.), em conformidade com a legislação.





## **Sustentabilidade da Alienação:**

- 11.6.Reintrodução na Economia: O leilão permite que o valor residual dos bens seja reaproveitado, fomentando a economia circular.
- 11.7.Reciclagem: A venda como sucata garante que uma grande quantidade de material metálico seja destinada à reciclagem.
- 11.8.Saneamento de Área Pública: A remoção dos ativos ociosos do pátio municipal libera espaço físico e elimina um óbice e um passivo ambiental.

## **12.DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS** (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:

- 12.1.A realização do leilão para a alienação da frota inservível visa alcançar um conjunto de resultados positivos e mensuráveis para a Administração Municipal, em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, conforme detalhado a seguir:

### **Economicidade e Melhor Aproveitamento dos Recursos Financeiros:**

- 12.2.Geração de Receita Nova: O resultado mais direto é a conversão de ativos imobilizados e sem uso (passivos) em receita corrente para o erário municipal. Os valores arrecadados poderão ser reinvestidos em áreas prioritárias, como a renovação da frota operacional ou outras necessidades do interesse público.
- 12.3.Eliminação de Despesas Contínuas: A manutenção da frota inservível gera custos diretos e indiretos, como vigilância do pátio, manutenções mínimas para evitar maior deterioração e custos de depreciação contábil. A alienação desses bens estanca imediatamente essas despesas, gerando uma economia contínua.
- 12.4.A contratação da empresa fornecedora da plataforma (Eckert), via adesão à Ata de Registro de Preços, prevê remuneração paga pela Administração Municipal à contratada, calculada com base em faixas de êxito sobre o valor arrecadado. O custeio dessa despesa será suportado financeiramente pelo próprio ingresso de receita proveniente da alienação dos bens, configurando um encontro de contas contábil, sem a cobrança de taxa administrativa adicional direta ao arrematante. Tal medida ratifica um modelo de custo zero para o Município na execução do certame, maximizando a receita líquida que ingressará no erário.

### **Melhor Aproveitamento dos Recursos Materiais:**

- 12.5.Liberação de Espaço Físico: A remoção dos veículos e máquinas do pátio municipal liberará uma área física valiosa. Este espaço poderá ser utilizado de forma mais eficiente, seja para a manobra e o estacionamento da frota operacional, para o armazenamento de outros materiais ou para a construção de novas instalações, se for o caso.
- 12.6.Saneamento Patrimonial: A baixa contábil dos bens inservíveis organiza e limpa o registro patrimonial do Município, refletindo com maior fidedignidade a situação dos ativos que de fato servem ao interesse público.



## **Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos:**

- 12.7.Otimização da Mão de Obra: Servidores da área de mecânica, manutenção e patrimônio, que atualmente despendem tempo (mesmo que mínimo) com a gestão ou conservação desses bens parados, poderão ser integralmente alocados em atividades mais produtivas.
- 12.8.Foco na Frota Operacional: A equipe de manutenção poderá concentrar 100% de seus esforços e recursos na frota que está em operação, prestando serviços à comunidade. Isso resulta em maior agilidade nos reparos, melhor manutenção preventiva e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade dos serviços públicos.

## **13.REGIME DE ENTREGA DOS BENS** (Adaptação do Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

- 13.1.Considerando que o presente certame se trata de uma alienação (venda) de bens, o conceito de "regime de fornecimento" é inaplicável, sendo adaptado para definir as condições de entrega e retirada dos bens móveis aos futuros arrematantes.

### **Fica estabelecido o seguinte regime:**

- 13.2.Entrega Única e Integral por item: Cada bem será entregue de forma integral, em uma única vez, ao respectivo arrematante. Prescinde-se, portanto, da possibilidade de entrega parcelada ou por etapas.
- 13.3.Condição Precedente à Entrega: A autorização para a retirada do bem pressupõe a confirmação do pagamento integral do valor do lance, conforme as regras e prazos que serão elucidados no Ato Convocatório.
- 13.4.Ônus da Retirada: A entrega se dará no local onde o bem se encontra armazenado. Recairá sobre o arrematante o ônus integral pela logística, custos e responsabilidades com a remoção, carregamento e transporte do bem arrematado.

### **Justificativa e Potencial de Economia:**

- 13.5.Este regime é o único aplicável à natureza do certame e se justifica por sua simplicidade e eficiência. A exigência do pagamento integral do lance, como condição precedente à retirada do bem, e a transferência do ônus da retirada para o arrematante, garantem a célere desocupação das áreas públicas e mitigam quaisquer vínculos ou responsabilidades futuras para o Município.
- 13.6.O potencial de economia de escala, neste contexto, é corroborado pela decisão de alienar múltiplos bens em um único certame, o que mitiga custos administrativos e otimiza os recursos públicos, em detrimento da realização de vendas individuais e fragmentadas.

## **14.PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL** (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem





adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

- 14.1. Considerando que a alienação mediante leilão não resulta na celebração de um contrato de prestação de serviços continuados, as providências prévias da Administração visam a garantir a correta e eficiente execução do certame. As principais providências a serem ratificadas são:

#### **Preparação da Documentação Jurídica e Administrativa:**

- 14.2. Elaboração do Ato Convocatório: Confecção da minuta do Edital de Leilão, corroborada por este Estudo Técnico Preliminar, contendo todas as regras, prazos, preços mínimos de arrematação e condições de participação.
- 14.3. Análise Jurídica: Submissão da minuta do Edital à Procuradoria Jurídica do Município para análise e emissão de parecer, garantindo a lisura e a legalidade do ato convocatório.
- 14.4. Organização dos Documentos: Compilação de toda a documentação de cada bem (CRLV, laudos de avaliação, etc.) para consulta dos licitantes.

#### **Providências Logísticas:**

- 14.5. Organização do local para a vistoria prévia dos bens pelos interessados, garantindo o acesso seguro aos itens.
- 14.6. Disponibilização de servidor para acompanhar a visita, conforme agendamento a ser definido no Edital.

#### **Designação de Comissão Especial de Acompanhamento**

- 14.7. A principal providência a ser adotada para a correta fiscalização e gestão da fase de execução do leilão (vistoria e retirada) é a designação formal, via Portaria, de uma Comissão Especial de Acompanhamento, composta por, no mínimo, 03 (três) servidores.
- 14.8. Esta medida é crucial para mitigar os riscos operacionais identificados na Análise de Riscos deste processo (vide Risco 3: Problemas na Retirada dos Bens), que incluem danos ao patrimônio, atrasos na desocupação do pátio e riscos de acidentes.
- 14.9. Caberá a esta comissão a gestão logística do leilão, atuando como o ponto focal da Administração para o agendamento e supervisão da visita pública (vistoria) e para a fiscalização da retirada dos bens pelos arrematantes, separando estas funções administrativas das obrigações da empresa operadora da plataforma (Eckert/SUPERBID), que conduzirá o certame eletrônico.
- 14.10. Embora a função não exija capacitação técnica complexa, é recomendado que os servidores designados sejam formalmente orientados sobre os procedimentos descritos no Termo de Referência e no Edital, especialmente quanto às regras de agendamento e aos protocolos de segurança para acesso ao pátio municipal.





- 14.11. Após a realização do leilão, não haverá "fiscalização de contrato". A responsabilidade da comissão se encerrará com a entrega do último bem ao arrematante e a elaboração do relatório final.

**15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES** (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

- 15.1. A presente alienação mediante leilão possui interdependência processual direta com a adesão à Ata de Registro de Preços n.º 35/2025 (CIMAUI) para contratação da empresa Ecert Comércio e Prestação de Serviços Ltda (Plataforma SUPERBID). A execução deste leilão somente poderá ser deflagrada após a formalização do referido processo de adesão.
- 15.2. Adicionalmente, sob uma perspectiva de planejamento estratégico da gestão de frota, este processo de desmobilização de ativos é fortemente correlato a uma futura e necessária contratação: a aquisição de novos veículos e máquinas para a renovação do patrimônio municipal.
- 15.3. A correlação se manifesta nos seguintes pontos:
- 15.4. Correlação Financeira: A receita a ser auferida com este certame será uma das fontes de recursos a serem utilizados para a futura aquisição de veículos novos. Portanto, o sucesso desta alienação impacta diretamente a viabilidade financeira de futuras contratações.
- 15.5. Correlação Logística e Patrimonial: A efetivação do leilão e a consequente remoção dos bens inservíveis do pátio municipal são providências que mitigam o óbice da falta de espaço físico, sendo um pré-requisito logístico para o recebimento de uma nova frota. Outrossim, a baixa patrimonial dos ativos ociosos é o corolário administrativo que justifica a necessidade de reposição.

**16. ALINHAMENTO COM O PAC** (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração:

- 16.1. O presente processo de alienação mediante leilão, por sua natureza de geração de receita, não se confunde com uma contratação geradora de despesa, razão pela qual não consta de forma explícita no Plano de Contratações Anual (PCA).
- 16.2. Não obstante, este certame está em total alinhamento com os instrumentos de planejamento estratégico da Administração, notadamente com os objetivos que norteiam o referido PCA. A desmobilização dos ativos inservíveis afigura-se como um ato de gestão patrimonial que é corolário e pressuposto para a consecução de metas estabelecidas no plano, da seguinte forma:
- 16.3. Alinhamento Estratégico com a Renovação da Frota: O PCA contempla, por sua natureza, a necessidade de manutenção e futura aquisição de veículos para garantir a eficiência dos serviços públicos. Este leilão é um ato preparatório e imprescindível para essa renovação, pois promove o saneamento do patrimônio e permite ao erário auferir recursos que poderão ser alocados para as futuras aquisições planejadas.



16.4. Alinhamento com a Eficiência e Economicidade: A busca pela eficiência e pela economicidade é o princípio basilar do planejamento de contratações. A presente alienação ratifica este princípio, pois converte ativos ociosos, que representam onerosidade excessiva para a Administração, em receita corrente, otimizando os recursos públicos em plena consonância com os objetivos do PCA.

## **17. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS**

(X) Por Itens

## **18. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?**

(x) Serviços não contínuos ou contratados por escopo

## **19. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

19.1. A quitação integral do valor do lance será condição indispensável para a homologação da arrematação e autorização de retirada do bem. O pagamento deverá ser realizado à vista, observando-se que a comissão da plataforma será deduzida do valor do arremate conforme tabela da Ata de Registro de Preços, não havendo cobrança adicional ao licitante.

19.1.1. O não pagamento no prazo estipulado caracterizará o arrematante como remisso, sujeitando-o às sanções administrativas previstas em lei e no edital, sem prejuízo de cobrança por perdas e danos.

19.2. Prescinde-se da exigência da Garantia de Execução Contratual, prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por não se tratar de um contrato de execução continuada, mas sim de uma alienação com obrigação de pagamento.

19.3. Não obstante, para mitigar o risco de desistência e garantir a seriedade das propostas, o Ato Convocatório (Edital) estabelecerá mecanismos que funcionarão como garantia para a Administração Pública de que o ônus do arrematante será cumprido. As principais garantias serão:

19.4. A quitação integral do valor do lance será condição indispensável para a homologação da arrematação e autorização de retirada do bem. O pagamento deverá ser realizado à vista, observando-se que a comissão da plataforma será deduzida do valor do arremate conforme tabela da Ata de Registro de Preços, não havendo cobrança adicional ao licitante.

19.4.1. O não pagamento no prazo estipulado caracterizará o arrematante como remisso, sujeitando-o às sanções administrativas previstas em lei e no edital, sem prejuízo de cobrança por perdas e danos.

19.5. A condição de venda "no estado" (as is) constitui uma garantia jurídica para o Município, que se exime de responsabilidades futuras sobre o funcionamento ou estado de conservação dos bens, protegendo a Administração contra eventuais reclamações pós-venda (vício redibitório) e afastando o risco de evicção, exceto quanto à titularidade..





**20. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO** (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

- 20.1. Diante de todo o exposto neste Estudo Técnico Preliminar, que analisou a necessidade premente de desmobilização dos ativos inservíveis integrantes do patrimônio municipal, conclui-se que a solução proposta — a alienação mediante leilão público — é a medida que melhor atende aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público.
- 20.2. A análise elucidou que:
- 20.3. A Necessidade é Inequívoca: A permanência dos bens nos pátios representa um óbice à boa gestão e um passivo que gera onerosidade excessiva, sendo imperativa sua correta destinação.
- 20.4. A Solução é Legal e a Mais Vantajosa: O certame, na modalidade leilão, corrobora a busca pela proposta mais vantajosa, revertendo ativos ociosos em receita para o erário.
- 20.5. Os Resultados Pretendidos são Abrangentes: A execução do leilão resultará em ganhos de economicidade, melhor aproveitamento de recursos materiais e humanos, e mitigará o passivo ambiental existente.
- 20.6. O Planejamento é Coerente: A ação está alinhada à estratégia de gestão de frota do Município, servindo como pressuposto para a futura renovação do patrimônio.
- 20.7. Fica, portanto, ratificada a completa adequação da solução para o atendimento da necessidade apresentada. A realização do leilão é a medida de gestão patrimonial que melhor se alinha aos princípios que regem a Administração Pública.
- 20.8. Pelo exposto, recomenda-se o prosseguimento do processo administrativo, com a aprovação deste Estudo Técnico Preliminar e a consequente autorização para a elaboração da minuta do Ato Convocatório (Edital de Leilão), que detalhará as regras e condições para a execução do certame.

**21. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC** (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

(x) Leilão Virtual.

Critério de julgamento:

(x) maior lance

Modo de disputa:

(x) Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO





Município de

**Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

(x) NÃO

Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

(x) Não se aplica

Dois Vizinhos, 06 de maio de 2026.

